

UNIVERSIDADE DOS AÇORES

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA, FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS



ENTIDADES GESTORAS DE REABILITAÇÃO URBANA:

Modelos de gestão urbana e sua aplicação a um contexto insular

Sílvia Freire dos Santos

Ponta Delgada

2014

ENTIDADES GESTORAS DE REABILITAÇÃO URBANA:
Modelos de gestão urbana e sua aplicação a um contexto insular

Dissertação apresentada à Universidade dos Açores para obtenção do grau de mestre em
Património, Museologia e Desenvolvimento

Orientador: Professor Doutor Manuel Sílvio Alves Conde
Co-Orientador: Professor Doutor Paulo Jorge Marques Peixoto

Ponta Delgada
2014

.....

“ A cidade é, cada vez mais, um puzzle de lugares que apresenta uma complexidade significativa de relações, de funcionalidades, de estilos de vida, de culturas, de arquitecturas, de centros, de periferias, de densidade, de espaços, de paisagens, de imagens, de políticas, de intervenções, de reabilitações e de revitalizações. Ainda assim, é possível encontrar na cidade heterogénea a homogeneidade que permita a sua interpretação; os mecanismos, processos e sistemas que orientam o ordenamento; a investigação, o conhecimento, a informação e as parcerias que promovem o planeamento e constroem cenários, entre a história encoberta, emblemática, tradicional e identitária e o futuro criador, inovador e global ”

SANTOS, Norberto, “Coimbra: a organização da cidade e o centro histórico urbano”.

.....

> **Agradecimentos**

Para o Rui e para o Tiago, pelo tempo em que não estive presente.

Para os meus pais e sogros por me ajudarem na logística que esta tarefa implicou.

Para o Professor Doutor Paulo Peixoto as dicas e recomendações.

Para o Professor Doutor Sílvio Conde pelas conversas, leituras, paciência e incentivo ao longo destes quase quatro anos.

A todos o meu muito obrigado, sem a vossa ajuda não teria sido possível.

> **Resumo**

Numa altura em que tanto se fala de reabilitação urbana, da sua urgência de implementação, e passados dez anos da entrada em vigor do primeiro Regime Jurídico da Reabilitação Urbana em Portugal, que permitiu e incentivou a constituição de entidades gestoras para o efeito, é necessário fazer-se um ponto da situação acerca da temática, bem como da eficácia e entraves à sua operacionalização. A análise da legislação em vigor e das suas sucessivas alterações num curto espaço de tempo, são essenciais para um conhecimento fundamentado acerca das diferentes entidades gestoras de reabilitação urbana possíveis, dos trâmites que envolve o planeamento, a definição de estratégias e execução de operações de reabilitação urbana, bem como dos mecanismos de apoio e financiamento disponíveis para este tipo de intervenção urbana. A exemplificação de três diferentes experiências de gestão urbana para a implementação de reabilitação urbana nas cidades de Coimbra, Braga e em nove concelhos da Lezíria do Tejo são ilustrativos do que se tem feito em matéria de reabilitação urbana, pelo país, e servem de base para a formulação de propostas de gestão urbana possíveis de aplicação num contexto insular.

Encontrando-se a Região Autónoma dos Açores a ponderar a implementação de intervenções urbanas pelo arquipélago, enquanto dinamizadores socioeconómicos, culturais e turísticos, e tendo em conta a especificidade da região, a sua identidade, património e objetivos de competitividade e coesão territorial, estão reunidas as condições para uma verdadeira e fundamentada reflexão acerca da implementação de uma política de reabilitação urbana integrada, coesa e sustentável ao longo das nove ilhas que compõe o arquipélago.

Palavras-chave: Reabilitação Urbana, Gestão Urbana, Sociedades de Reabilitação Urbana, Património, Centros Históricos, Açores.

> Abstract

At a time when there is so much talk of urban rehabilitation, the urgency of their implementation, and ten years after the entrance into force of the first legal regime for urban rehabilitation in Portugal, which allowed and encouraged the establishment of management entities for the purpose, it is necessary to do a progress report on the theme as well as the effectiveness and barriers to their implementation. The analysis of the legislation in force and their successive amendments in a short period of time is essential for the knowledge about the different management entities of possible urban rehabilitation, the procedures involving planning, developing strategies and implementing urban rehabilitation operations, as well as the support mechanisms and funding available for this type of urban intervention. The exemplification of three different experiences of urban management for the implementation of urban rehabilitation in the city of Coimbra, Braga and nine municipalities of Lezíria do Tejo, are demonstrative of what has been done in terms of urban rehabilitation, by mainland Portugal, and serve as a foundation for formulating proposals of urban management that could be replicated in insular context.

Considering the Azores the implementation of urban interventions through the archipelago, as socioeconomic, cultural and tourism facilitators, and taking into account the specificity of the region, their identity, heritage and goals of competitiveness and territorial cohesion, there are conditions for a true and comprehensive reflection on the implementation of a policy of integrated, cohesive and sustainable urban rehabilitation over the nine islands of the archipelago.

Keywords: Urban Rehabilitation, Urban Management, Societies of Urban Rehabilitation, Heritage, Historic Centres, Azores.

> Índice

Agradecimentos	II
Resumo	III
Abstract	IV
Índice	V
Índice de figuras	VII
Lista de abreviaturas	IX
Introdução	1
Capítulo 1 Reabilitação de Património urbano: conceitos, âmbitos e abrangências	5
1.1 Conceito de Património	8
1.2 Conceitos em torno da intervenção no Património Urbano	12
1.3 Conceito de Reabilitação Urbana / Conservação Integrada	18
Capítulo 2 Criação de identidade e valor: património urbano e marketing urbano	22
2.1 Competitividade territorial e Coesão territorial	26
2.2 Redes de cidades ou cidades em rede	32
2.3 A cidade enquanto marca e produto	35
Capítulo 3 Reabilitação urbana em Portugal: das opções políticas à implementação	38
3.1 Dos Gabinetes Técnicos Locais ao Programa POLIS	41
3.2 Entidades gestoras de reabilitação urbana	46
3.2.1 Constituição, enquadramento e âmbito de atuação	47
3.2.2 Delimitação de área de reabilitação urbana	50
3.2.3 Estratégia e programa estratégico de reabilitação urbana	52
3.2.4 Instrumentos de execução: mecanismos legais de coação	53
3.3 Mecanismos de apoio e financiamento à reabilitação urbana	55
Capítulo 4 Modelos de gestão urbana: três experiências de reabilitação urbana	59
4.1 Coimbra: Parceria entre entidades gestoras de reabilitação urbana	62
4.1.1 Gabinete do Centro Histórico – a Alta de Coimbra	64
4.1.2 Coimbra Viva, SRU – a Baixa de Coimbra	67
4.1.3 Associação RUAS – a zona elevada a Património Mundial	77
4.2 Lezíria do Tejo: Lezíria do Tejo, Sociedade de Reabilitação Urbana	81
4.2.1 ARU da Ribeira de Santarém e Alfange	85
4.3 Braga: Divisão de Renovação Urbana da Câmara Municipal de Braga	88

Capítulo 5 A reabilitação urbana nos Açores: proposta de gestão urbana	98
5.1 Políticas e programas de reabilitação urbana em vigor	101
5.1.1 Reabilitação urbana no âmbito municipal	102
5.1.2 Reabilitação urbana no âmbito regional	107
5.2 Apoios Comunitários: PROCOVERGÊNCIA 2014-2020	111
5.3 Gestão urbana: formulação de propostas	115
Conclusão	121
Bibliografia	125
Anexos	139

> Índice de figuras

Figura 1 – Esquema do processo de aprovação de ORU	49
Figura 2 – Área de intervenção do GCH	63
Figura 3 – ARU’s Coimbra: Rio, Baixa e Alta	63
Figura 4 – Área classificada como património mundial e área de proteção	63
Figura 5 – ACRRU Alta de Coimbra	65
Figura 6 – Delimitação das áreas de intervenção ao abrigo do programa PRAUD	65
Figura 7 – Estado de conservação do edificado (2010)	65
Figura 8 – Antes da intervenção na Muralha da Cidade (PRAUD/obras 97)	66
Figura 9 – Depois da intervenção na Muralha da Cidade (PRAUD/obras 97)	66
Figura 10 – Antes da intervenção em habitação própria (PRAUD/obras 2002)	66
Figura 11 – Depois da intervenção em habitação própria (PRAUD/obras 2002)	66
Figura 12 – ARU Coimbra -Baixa Ortofotomapa -limite de atuação	70
Figura 13 – ARU Coimbra -Baixa – Planta -Unidades de Intervenção	70
Figura 14 – UI.B1 -modelo 3D	72
Figura 15 – UI.B2 -modelo 3D	72
Figura 16 – UI.B3 -modelo 3D	72
Figura 17 – Conceitos e eixos estratégicos para o centro histórico de Coimbra	73
Figura 18 – “Baixa de Coimbra – comércio de rua” (zona comercial)	75
Figura 19 – “Da Alta à Baixa” (percursos pedonais)	75
Figura 20 – “Mira Mondego” (vistas panorâmicas)	75
Figura 21 – Área de intervenção da RUAS	79
Figura 22 – Paço das Escolas – Torre da Universidade e Via Latina	79
Figura 23 – Paço das Escolas – Sala dos Capelos	79
Figura 24 – Colégio de Jesus	79
Figura 25 – Organograma da Associação RUAS	80
Figura 26 – Delimitação do Centro Histórico de Santarém e ARU’s	85
Figura 27 – Delimitação da ARU – Ribeira de Santarém e Alfange	85
Figura 28 – Praça Oliveira Marreca	87
Figura 29 – Fábrica de Alfange	87
Figura 30 – Conjunto edificado	87
Figura 31 – Edifício (clube de canoagem)	87

Figura 32 – Delimitação da ACRRU do Centro Histórico de Braga	89
Figura 33 – Delimitação da ARU do Centro Histórico de Braga	89
Figura 34 – Eixos estratégicos – ARU do Centro Histórico de Braga	91
Figura 35 – Nível B – Planta esquemática da intervenção	94
Figura 36 – Nível C – Planta esquemática da intervenção	94
Figura 37 – Nível G – Planta esquemática da intervenção	94
Figura 38 – Evolução urbana de Ponta delgada – século XV	103
Figura 39 – Evolução urbana de Ponta delgada – século XVI	103
Figura 40 – Evolução urbana de Ponta delgada – século XVII	103
Figura 41 – Delimitação do programa REVIVA – Centro Histórico de Ponta Delgada	104
Figura 42 – Delimitação do programa REVIVA – Núcleo central freguesia de Capelas	104
Figura 43 – Delimitação do programa REVIVA – Núcleo central freguesia de Arrifes	104
Figura 44 – Publicidade do projeto RuActiva – Rua Manuel Inácio Correia	106
Figura 45 – Publicidade do projeto RuActiva – Rua António José de Almeida	106
Figura 46 – PROCONVERGÊNCIA – Estratégia de desenvolvimento geral	112
Figura 47 – PROCONVERGÊNCIA – Eixo prioritário 6	112
Figura 48 – Diversidade territorial no Arquipélago dos Açores	116
Figura 49 – Ilha de Santa Maria – Centro Urbano de Vila do Porto	118
Figura 50 – Ilha da Terceira – Centro Urbano de A. do Heroísmo	118
Figura 51 – Ilha do Corvo – Centro Urbano de Vila do Corvo	118

> Lista de abreviaturas:

ACB	Associação Comercial de Braga
ACRRU	Área Crítica de Recuperação e Reversão Urbanística
ARU	Área de Reabilitação Urbana
ANM	Associação Nacional de Municípios
BEI	Banco Europeu de Investimento
CE	Comunidade Europeia
CIB	Comissão Interdisciplinar da Baixa
CIMLT	Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo
CMB	Câmara Municipal de Braga
CMC	Câmara Municipal de Coimbra
CML	Câmara Municipal de Lisboa
CMP	Câmara Municipal de Porto
CMPD	Câmara Municipal de Ponta Delgada
CMS	Câmara Municipal de Santarém
CMRG	Câmara Municipal de Ribeira Grande
DECO	Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor
DGOTDU	Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento
DRaC	Direção Regional da Cultura
DRAOTC	Direção Regional do Ambiente e do Ordenamento do Território do Centro
DRCC	Direção Regional da Cultura do Centro
DRU	Divisão de Renovação Urbana
EPUL	Empresa Pública de Urbanização de Lisboa
ERU	Estratégia de Reabilitação Urbana
FDU	Fundo de Desenvolvimento Urbano
FEDER	Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
FII	Fundo de Investimento Imobiliário
FSE	Fundo Social Europeu
GCH	Gabinete para o Centro Histórico
GTL	Gabinete Técnico local
ICOMOS	Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios
IHRU	Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana

IMI	Imposto Municipal sobre Imóveis
IMT	Imposto Municipal de Transmissão
INE	Instituto Nacional de Estatísticas
JESSICA	Joint European Support for Sustainable Investment in City Areas
LBPOTU	Lei base da Política de Ordenamento do Território e Urbanismo
LT, SRU	Lezíria do Tejo, Sociedade de Reabilitação Urbana
NATO	North Atlantic Treaty Organization
NRAU	Novo Regime do Arrendamento Urbano
NRJRU	Novo Regime Jurídico de Reabilitação Urbana
NUTS	Unidades Territoriais
OCPM	Organização das cidades Património Mundial
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONG	Organizações Não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
ORU	Operação de Reabilitação Urbana
PDM	Plano Diretor Municipal
PDR	Plano de Desenvolvimento Regional
PERU	Programa Estratégico de Reabilitação Urbana
PNDES	Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social
PNPOT	Plano Nacional da Política de Ordenamento do Território
POLIS	Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades
PME	Pequenas e Médias Empresas
PO	Programa Operacional
PP	Plano de Pormenor
PRAUD	Programa de Recuperação de Áreas Urbanas Degradadas
PRID	Programa de Recuperação de imóveis Degradados
PROCOM	Programa de Apoio à Modernização do Comércio
PROCONVERGÊNCIA	Programa Operacional dos Açores para a Convergência
PROSIURB	Programa de Consolidação do Sistema Urbano Nacional
PRU	Programa de Reabilitação Urbana
PU	Plano de Urbanização
QCA	Quadro Comunitário de Apoio

QREN	Quadro de Referência Estratégico Nacional
RECRIA	Regime Especial de Participação na Recuperação de Imóveis Arrendados
RECRIPH	Regime Especial de Participação e Financiamento na Recuperação de Prédios Urbanos em Regime de Propriedade Horizontal
RGEU	Regulamento Geral das Edificações Urbanas
REHABITA	Regime de Apoio à Recuperação Habitacional em Áreas Urbanas Antigas
RMUET	Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas
RERU	Regime Excepcional de Reabilitação Urbana
REVIVA	Revitalização Económica e Social do Centro Histórico de Ponta Delgada
RJIGT	Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial
RJUE	Regime Jurídico da Urbanização e Edificação
RJRU	Regime Jurídico de Reabilitação Urbana
RPSPC	Regime de Proteção e Salvaguarda do Património Cultural
SCMC	Santa Casa da Misericórdia de Coimbra
SDEA	Sociedade para o Desenvolvimento Empresarial dos Açores
SIGURB	Sistema de Informação e Gestão Urbana
SOLARH	Programa de Solidariedade de Apoio à Recuperação de Habitação
SPRHI	Sociedade de Promoção e Reabilitação de Habitação e Infraestruturas
SREA	Serviço Regional de Estatística dos Açores
SRU	Sociedade de Reabilitação Urbana
TUB	Transportes Urbanos de Braga
UC	Universidade de Coimbra
UAç	Universidade dos Açores
UM	Universidade do Minho
UNESCO	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
URBCOM	Projetos de Urbanismo Comercial

> **Introdução**

Num contexto de crescente degradação dos espaços urbanos consolidados e do património que os constitui, torna-se pertinente uma reflexão acerca das opções políticas, dos mecanismos e dos instrumentos utilizados na prática da reabilitação urbana.

A crescente inclusão da temática em inúmeros discursos políticos, bem como na opinião pública em geral, leva-nos a refletir quer sobre a abrangência e eficácia do conceito, quer sobre a sua real efetividade. Importa saber o que se tem feito em termos de reabilitação urbana, as suas interferências em áreas tão díspares quanto o património, a habitação, a economia, o urbanismo ou até mesmo o turismo, como importa discutir a intervenção física propriamente dita e a criação de valor que a envolve. O protagonismo atualmente dado à promoção e divulgação patrimoniais, assente no património enquanto produto, intrinsecamente ligadas às questões do consumo cultural e da crescente competitividade territorial, converte estas em motores da prática da reabilitação urbana e de uma nova economia emergente, acerca da qual interessa refletir, conjuntamente com as questões (também elas atuais) do desenvolvimento e da sustentabilidade do processo. A dualidade atual existente entre as políticas de coesão e a competitividade social e territorial, leva-nos a refletir acerca do papel que a reabilitação urbana poderá assumir. Interessa assim perceber se as políticas enquadradas no âmbito do desenvolvimento sustentável abrangem (para além do ambiente e da preservação de recursos naturais) a componente cultural e urbana, prevendo-se políticas de preservação, conservação e valorização do património edificado, para a obtenção de uma qualidade ambiental global, integrada e competitiva.

A entrada em vigor de recente legislação apoiada na constituição de novos modelos de gestão urbana permite e incentiva uma abordagem pluridisciplinar, que atenda à complexidade da questão. Passados 10 anos da constituição das primeiras *Sociedades de Reabilitação Urbana* (SRU), enquanto entidades fomentadoras e mediadoras de processos de reabilitação urbana, perante as diferentes revogações e modificações da legislação que as sustenta, interessa fazer-se um ponto da situação acerca da sua eficácia, e de possíveis modelos alternativos. Do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, promulgado pelo Decreto-Lei nº 104/2004, de 7 de maio, que deu origem a algumas experiências, tais como a Porto Vivo, SRU, a Coimbra Viva, SRU, ou a Baixa Pombalina, SRU, passando pelo Novo Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, patente no Decreto-Lei nº 307/2009, de 23 de outubro, que previa um aumento expressivo de Sociedades de Reabilitação Urbana, evolui-se para o atual Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, assente na Lei nº 32/2012, de 14 de agosto, num claro ajustamento legal (adequado ao contexto

económico vigente) apontando para a diversificação dos modelos de gestão urbana, complementado recentemente pelo Regime Excecional da Reabilitação Urbana, com duração temporária de sete anos, criado pelo Decreto-Lei nº 53/2014, de 8 de abril.

É objetivo deste estudo uma abordagem a diferentes tipos de entidades gestoras de reabilitação urbana existentes no país, tendo em conta a diversidade possível em termos tipológicos, metodológicos e abrangência territorial. Para tal são analisadas, em termos tipológicos, três diferentes entidades gestoras de reabilitação urbana: uma primeira SRU, constituída por capitais públicos, com participação do Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana e do próprio município; uma segunda SRU, de capitais públicos ao nível intermunicipal; e por fim uma Câmara Municipal (através de uma divisão da sua própria orgânica). Pretende-se analisar igualmente a diversificação de métodos de atuação existentes, abarcando desde a reabilitação de património municipal (enquanto exemplo de boas práticas), parcerias com entidades privadas, à constituição de fundos de investimento imobiliários e acessos a apoios nacionais e comunitários. Por fim, exemplificam-se diferenças em termos geográficos, nomeadamente na abrangência de atuação, desde intervenções cingidas a determinada cidade (mais concretamente ao seu casco histórico), ao progressivo alargamento da abrangência territorial, com o aparecimento de entidades gestoras de carácter intermunicipal, que possam servir vários aglomerados, em parceria e segundo opções regionais, patrimoniais e identitárias similares. Esta análise permitirá elaborar uma reflexão acerca de quais os melhores e mais adequados métodos de atuação, com vista ao incentivo da prática da reabilitação urbana, enquanto política de gestão urbanística e de valorização do património urbano, impulsionadora de novas e variadas economias sustentáveis, a aplicar numa escala insular.

No contexto particular da Região Autónoma dos Açores, onde as questões ligadas ao ambiente e à sua sustentabilidade são de reconhecida importância (visível pelo peso das políticas ambientais atualmente em vigor), importa trazer à discussão a importância do património cultural, e da sua salvaguarda, numa perceção sustentada e interdisciplinar da realidade açoriana. A implementação nestes últimos anos de programas nacionais e internacionais, tais como o PROCOM, o URBCOM, o PROCONVERGÊNCIA, ou até mesmo o REVIVA (em vigor em Ponta Delgada), exige uma análise global e integrada quanto ao seu efetivo contributo, bem como no que se refere à sua inter-relação com as demais políticas de atuação na área da reabilitação urbana, a uma escala local e regional.

Pretende-se considerar a possibilidade de implementação de uma gestão urbana assente na reabilitação urbana na cidade de Ponta Delgada, na ilha de S. Miguel, enquanto fio condutor

passível de extensão aos restantes municípios e ilhas do arquipélago. Para tal, interessa perceber o que se tem feito nesta área, quais as políticas camarárias e governamentais implementadas e previstas para o património urbano individual e para a própria cidade, enquanto entidade viva, com passado, presente e futuro.

A presente dissertação é estruturada em cinco capítulos, nos quais se aborda a temática da reabilitação urbana, enquanto instrumento de planeamento e gestão urbana, segundo diferentes escalas de atuação (do geral para o particular e da teoria para a prática). Inicia-se a investigação a uma escala “macro”, através de uma contextualização do conceito e sua interdependência a outros que lhe estejam relacionados, passando por uma análise das características e aspetos da urbanidade atual, da política de reabilitação urbana efetivada nestes últimos 40 anos, em Portugal, passando por uma abordagem “micro” de exemplos de operacionalização da reabilitação urbana, a uma escala local, para se finalizar com uma visão regional do que se tem feito e poderá fazer, em termos de reabilitação urbana no arquipélago dos Açores. A metodologia apoiar-se-á na abordagem de bibliografia técnica, legal e científica adequada, complementada por análise documental (planos, estudos, programas estratégicos, etc.) e análise de imprensa.

Assim, no primeiro capítulo, são analisados os conceitos análogos e complementares à temática do património e da reabilitação urbana, em termos técnicos e científicos e no quadro das orientações internacionais de entidades como a UNESCO, ou o ICOMOS.

O segundo capítulo é constituído pela análise da relação entre a competitividade territorial e a coesão territorial, a formação de parcerias entre cidades, o aumento do turismo cultural, a valorização do património (com expoente máximo na classificação de património mundial da UNESCO), bem como a importância do “marketing urbano”, enquanto fenómeno de comunicação de imagéticas e identidades, fomentadoras de economias culturais em franco crescimento e a sua inter-relação e interdependência com a prática efetiva (física e social) da reabilitação urbana.

O terceiro capítulo, dedicado às políticas e ao enquadramento jurídico e institucional da reabilitação urbana em Portugal, aborda esta temática desde a criação dos Gabinetes Técnicos Locais ao programa POLIS, bem como à entrada em vigor do “Novo” e do atual Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, que preveem a constituição de entidades gestoras de reabilitação urbana, enquanto mediadoras e incentivadoras do processo, bem como os diferentes métodos de atuação.

No quarto capítulo, exemplificam-se alguns dos modelos de gestão urbana, propostos por três diferentes entidades gestoras de reabilitação, escolhidas pela sua pertinência em termos

tipológicos, metodológicos e geográficos. A primeira experiência analisada tem como incidência a reabilitação urbana da cidade de Coimbra, na qual se inscreve a Coimbra Viva, SRU, cujo trabalho se reveste de particular interesse, no que respeita a parceria firmada com a Universidade de Coimbra, em termos científicos e técnicos, nas relações e parcerias com outras entidades que atuam ao nível da reabilitação urbana, bem como na constituição de um Fundo de Investimento Imobiliário, para o efeito. A segunda experiência de reabilitação urbana analisada, ainda num estado inicial, tem como principal característica a abrangência territorial ao nível intermunicipal, envolvendo um universo de nove municípios da Lezíria do Tejo, com a constituição de uma SRU para o efeito, a LT, SRU. Por fim, a terceira experiência aborda a reabilitação urbana na cidade de Braga, tendo como entidade gestora a Câmara Municipal de Braga, através da sua Divisão de Renovação Urbana (que passou a incluir nas suas responsabilidades a reabilitação urbana), enquanto forma de atuação, contornando as contingências atuais ao nível do setor empresarial local.

O quinto capítulo aborda a reabilitação urbana nos Açores, exemplificada através das políticas e programas de reabilitação urbana em vigor, a um nível municipal e regional, bem como os apoios comunitários disponibilizados para o efeito. Finaliza-se o capítulo com uma proposta de gestão urbana apropriada para o contexto insular.

A este eixo de investigação, segue-se uma conclusão, no sentido de se avaliar quais as melhores opções passíveis de serem estruturadas num contexto de concelho e de ilha, numa gestão e planeamento urbano assentes na reabilitação urbana, enquanto opção política, de acordo com as recomendações internacionais, a legislação para o efeito, as opções estratégicas municipais e regionais, os apoios disponibilizados e os modelos testados e em vigor, em experiências nacionais.